

HISTÓRIAS DE SUCESSO



OUTUBRO | 2023 | ANO 2 | Nº 009

ESPECIAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

POTENCIAL VALORIZADO

Aspirante Geoparque Uberaba avança
com plano de desenvolvimento
econômico apoiado pelo Sebrae Minas



Pedro Vilas

PROJETOS FORTALECEM ATIVIDADE TURÍSTICA EM DESTINOS DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIOS MINEIROS SIMPLIFICAM PROCESSOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

POL

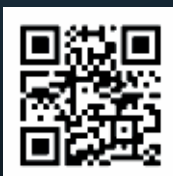
DE LIDERANÇA

SEBRAE

LIDERANÇA PARA A

Evolução Contínua

Com soluções, estratégias e ferramentas,
impulsionamos líderes para a transformação.



Descubra mais sobre
o Polo de Liderança
e suas soluções.



CIDADES MELHORES PARA EMPREENDER E VIVER

A qualidade do ambiente de negócios é um dos fatores essenciais para o progresso dos municípios. Por isso, é fundamental que poder público, setor privado e sociedade civil busquem maior articulação em torno de um plano comum de desenvolvimento.

Por meio do programa Cidade Empreendedora, o Sebrae tem apoiado os municípios neste sentido. Em uma das iniciativas previstas nesse trabalho, apoiamos 450 cidades mineiras na elaboração de seus Planos Municipais de Desenvolvimento Econômico (PMDE). Destas, 274 já estão executando as ações previstas no planejamento.

O PMDE cria uma estratégia unificada para o crescimento sustentável dos municípios. A responsabilidade por sua execução é compartilhada entre os vários atores das esferas pública e privada, o que garante a continuidade das ações, independente das mudanças de governos.

Nesta edição especial da Histórias de Sucesso, dedicada ao desenvolvimento econômico dos municípios e territórios, mostramos alguns resultados do PMDE em Minas Gerais. Uma das iniciativas impulsionadas por meio deste trabalho é Aspirante Geoparque Uberaba – Terra de Gigantes, que avança em busca da chancela da Unesco.

A revista também traz boas práticas de implementação da Lei da Liberdade Econômica, marketing territorial e cooperativismo de crédito em municípios mineiros. Esperamos que esses exemplos inspirem a criação de ambientes que favoreçam cada vez mais a atividade empresarial e o crescimento sustentável de nossas cidades, gerando trabalho, renda e qualidade de vida para as pessoas.

Boa leitura!



Alexandro Carvalho

MARCELO DE SOUZA E SILVA

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas

HISTÓRIAS DE
SUCESSO

SUMÁRIO

6

Sabia que um município pode criar a sua moeda própria e aumentar a circulação de dinheiro em seu território? Isso é possível com o programa Moeda Pública Local



Freepik



Pedro Vilela

18

O Sebrae Minas apoia 450 municípios em seus planos de desenvolvimento econômico sustentável. Uberaba, no Triângulo Mineiro, e Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, são exemplos de cidades com iniciativas avançadas.

Assista à videorreportagem sobre a matéria de capa na Revista Histórias de Sucesso digital. Use o QR Code para acessar.



ESTA EDIÇÃO ESPECIAL ABORDA HISTÓRIAS DE SUCESSO DO PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA, QUE ABRANGE AS SOLUÇÕES DO SEBRAE MINAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS

SAIBA MAIS

Veja mais informações sobre o programa acessando o QR Code



12

Municípios mineiros colhem bons resultados com a regulamentação da Lei da Liberdade Econômica



Use o QR Code para assistir à videorreportagem



José Carlos

26

Estratégias diversificadas de marketing territorial valorizam as atrações naturais e culturais de cidades mineiras

32

Quais os reflexos da Lei da Liberdade Econômica quatro anos após a sua sanção? Confira na entrevista com Paulo Uebel, ex-Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo do Ministério da Economia

36

Cooperativas de crédito têm conquistado espaço e movimentam cada vez mais depósitos financeiros de prefeituras

42

Agentes de crédito e agentes territoriais levam soluções do Sebrae Minas para vários municípios do estado



A atração de investimentos é essencial para o desenvolvimento dos municípios. A Consultoria discute esse tema e tem dicas

46

Salas Mineiras do Empreendedor (SME) contribuem ativamente para a melhoria do ambiente de negócios em Minas Gerais

SALA MINEIRA DO EMPREENDEDOR

Use o QR Code para ouvir uma entrevista sobre a SME.



OUTUBRO 2023 ANO 2 Nº 009

EXPEDIENTE

Conselho Deliberativo do Sebrae Minas

Banco do Brasil, BDMG, CDL-BH, Caixa, Ciemg, Faemg, Fapemig, Fecomércio, Federaminas, Fiemg, Indi, Ocemg, Sebrae NA, Seplag e Sedectes

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas
Marcelo de Souza e Silva

Superintendente: Afonso Maria Rocha
Diretor Técnico: Douglas Augusto Oliveira Cabido
Diretor de Operações: Marden Magalhães

Conselho Editorial:

Andreza Capelo, Bárbara de Paula Sarto, Beatriz Nascimento, Bruno Ramos, Bruno Ventura, Carolina Alvim, Célia Fonte, Danielle Fantini, Gustavo Moratori, Jamille Atizore, Jefferson Ferreira, José Márcio Martins, Karine Martinez, Loidiana Perazzo, Paulo César Barroso Verissimo, Rachel Dornelas, Rafael Tunes, Rosely Maria Vaz

Gerente de Comunicação e Marketing: Leonardo Iglesias
Jornalista responsável: Aline Freitas – MTB 09007/MG
Periodicidade: Bimestral

Redação:

Av. Barão Homem de Melo, 329, Nova Granada – Belo Horizonte Minas Gerais – CEP: 30.431-285 – 0800 570 0800
sebrae.com.br/minasgerais



Prêmio Jatobá PR 2022, categoria Mídia corporativa

Prefácio Comunicação

Editoras: Ana Luíza Purri e Cristina Mota

Reportagens: Alexandre Magalhães, César Macedo, Cristina Mota, Laura Baraldi e Marta Vieira

Revisão: Alexandre Magalhães e Luciana Oliveira

Projeto gráfico: Tércio Lemos

Design e diagramação: Ligiane Lange e Tércio Lemos

Podcasts

Produção: Cristina Mota

Roteiro e apresentação: Bruno Assis

Edição: Domenica Mendes

Videorreportagens

Produção e roteiro: Bruno Assis e Cristina Mota

Apresentação: Cristina Mota e Laura Baraldi

Edição: Lucas Bois

ACESSE TAMBÉM
A REVISTA HISTÓRIAS
DE SUCESSO DIGITAL



revistahistoriasdesucesso.sebraemg.com.br

HISTÓRIAS DE
SUCESSO

SEBRAE

DINHEIRO PARA CHAMAR DE SEU

Criado pelo Sebrae Minas, Programa Moeda Pública Local é pioneiro no Brasil

JOSIE MENEZES

Em Resplendor, no Leste de Minas, moradores já escolheram a sua moeda local

A CRIAÇÃO DE UMA MOEDA PÚBLICA LOCAL DEVE SER REFERENDADA EM LEI MUNICIPAL

Nem real, nem euro, nem dólar. Os moradores de Resplendor, no Leste de Minas, e Mato Verde, no Norte, puderam escolher uma moeda exclusiva para circular em seus territórios. Juridicamente respaldada, a iniciativa integra o programa Moeda Pública Local, uma das soluções desenvolvidas pelo Sebrae Minas para apoiar o desenvolvimento nos diferentes territórios do estado. Pioneira no país, a estratégia foi colocada em prática em 2022 e está prestes a apresentar os primeiros resultados, que confirmarão seu objetivo principal: fortalecer as atividades econômicas e reter riquezas nos municípios.

A criação de uma moeda pública local deve ser referendada em lei municipal, para que o poder público possa utilizá-la no pagamento de benefícios assistenciais e de seus servidores, entre outras despesas. Para colocar em prática a novidade, o Sebrae Minas oferece apoio aos gestores públicos, tanto na parte contábil quanto na jurídica.

Antes de implementar a moeda local, a prefeitura de Resplendor comprava fora, inclusive em outros estados, boa parte dos itens que compunham as cestas básicas distribuídas em seus programas sociais. Agora, a prefeitura repassará o valor correspondente à cesta diretamente aos moradores, para que eles possam comprar no comércio local. “A comunidade tem sua autonomia, mas é estimulada a adquirir os bens de que necessita na própria cidade, usando a moeda local. E quanto mais se compra no município, mais o comércio é fortalecido, o que leva a um crescimento das cadeias produtivas, a um aumento de arrecadação municipal e à geração de empregos”, explica o analista do Sebrae Minas Marcelo Gonçalves.



LASTRO FINANCEIRO

A lei que avaliza a criação de uma moeda pública local também institui o Fundo Monetário Municipal, essencial para garantir a sustentabilidade financeira da iniciativa e viabilizar sua conversão em real sempre que os moradores desejarem. Dessa forma, para cada unidade da moeda local colocada em circulação, a prefeitura deve depositar o equivalente em real no fundo, que é fiscalizado pelo Conselho Monetário Municipal.

Após a criação das instâncias legais necessárias, há todo um esforço das prefeituras para o esclarecimento da população. Além disso, uma campanha é promovida para que os próprios munícipes escolham o nome da moeda e até mesmo as imagens que serão aplicadas nas cédulas. Em Resplendor, os moradores aguardam ansiosos a chegada das cédulas da Ubérrima, ainda em fase de impressão. O secretário de Desenvolvimento Econômico e Social do município, Wender Barbosa, acredita que a moeda elevará a autoestima da população. “É uma forma de mudar a cultura. Estão todos entusiasmados ao falar da nossa moeda, que é a primeira no país e tornou a cidade conhecida nacionalmente”, diz. “Por meio da Ubérrima, vamos atuar fortemente em educação empreendedora, para que daqui a dez anos nossos jovens estejam plenamente capacitados em gestão financeira e os órgãos municipais estejam utilizando um novo formato de compras públicas, para reter a riqueza da comunidade no próprio município”, completa.

Arquivo prefeitura



O secretário de Desenvolvimento Econômico e Social de Resplendor, Wender Barbosa, acredita que a moeda local elevará a autoestima da população

CÍRCULO VIRTUOSO

As cédulas da Verdinha, futura moeda local de Mato Verde, no Norte de Minas Gerais, também já estão sendo impressas. A expectativa é que os moradores deixem de fazer compras em cidades vizinhas e incrementem a circulação monetária na cidade, potencializando, assim, o faturamento das empresas. “A partir do momento em que passarem a circular mensalmente cerca de 50 mil cédulas da Verdinha, Mato Verde espera que a arrecadação do município cresça em torno de

Diego Francisco

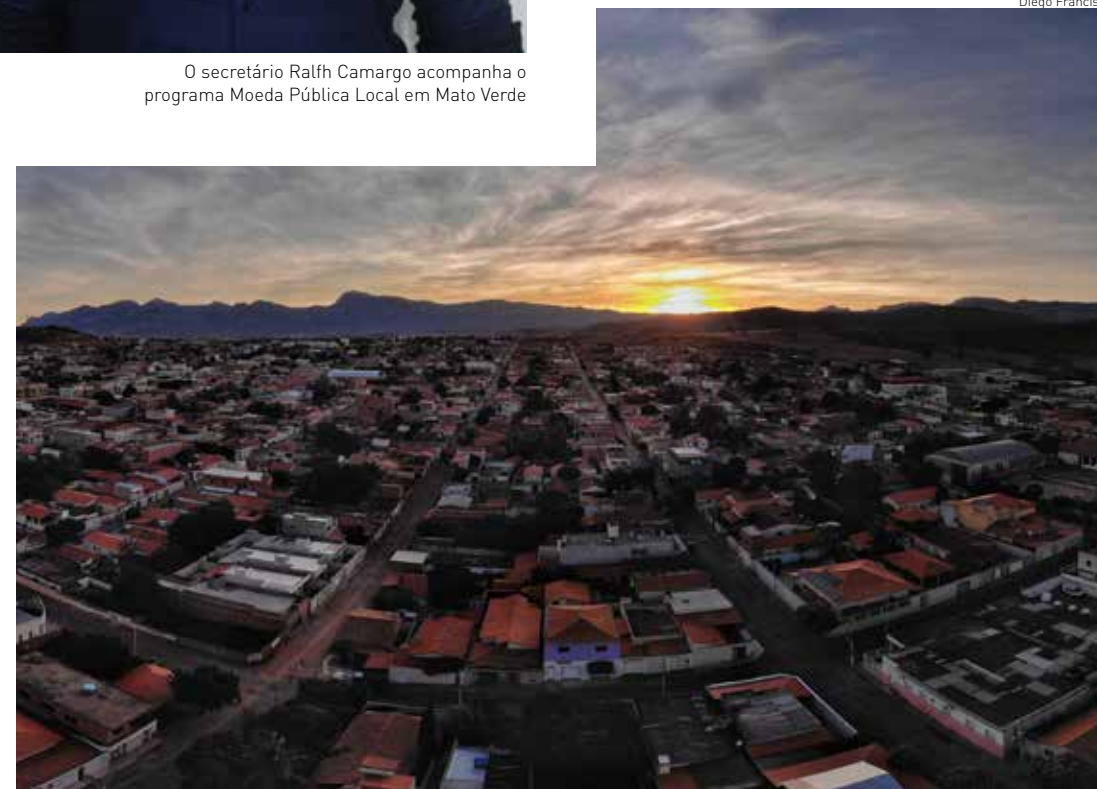


O secretário Ralf Camargo acompanha o programa Moeda Pública Local em Mato Verde

R\$ 600 mil por ano”, explica o analista do Sebrae Minas Igor Martins.

Ainda de acordo com Igor, na implementação do Programa Moeda Pública Local, o Sebrae prevê capacitação específica para aprimorar a gestão dos negócios locais no que diz respeito a finanças e marketing. “Daremos suporte para que as pessoas desenvolvam seus empreendimentos. É importante, por exemplo, que todos compreendam a melhor forma de precificar seus produtos e serviços e criar ações promocionais que mantenham elevada a circulação da moeda”.

Diego Francisco



Mato Verde, no norte de Minas, terá a Verdinha como moeda local

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Mato Verde, Ralf Camargo, a participação no programa atendeu ao desejo da administração municipal de criar alternativas de apoio ao comércio local. “A Verdinha fará com que nossa cidade se torne referência para todo o Brasil. Isso vai contribuir para reforçar o sentimento de pertencimento da nossa comunidade e, certamente, será um grande alavancador do progresso, por meio da descentralização de recursos”, prevê.

Tanto em Mato Verde quanto em Resplendor, já é grande a expectativa dos proprietários de padarias e supermercados, bem como do comércio em geral. Há ações em

análise para estimular o uso da moeda local, como a oferta de descontos para pagamentos feitos com esse recurso, além da adoção de *cashback* (dinheiro de volta) para incentivar os moradores a quitar tributos em dia.

OS MORADORES ESCOLHEM O NOME DA MOEDA E ATÉ MESMO AS IMAGENS QUE SERÃO APLICADAS NAS CÉDULAS

MOEDA PÚBLICA NÃO É MOEDA SOCIAL

Existem várias experiências de moedas sociais no Brasil, geralmente criadas e operacionalizadas por bancos comunitários para atender a uma demanda assistencial específica. A ação levada adiante por meio do pro-

grama do Sebrae Minas é considerada pioneira por tratar-se do primeiro modelo de moeda local criado pelo poder público, que será responsável pela emissão da moeda e por colocá-la em circulação.



JUROS REVERTIDOS EM OPORTUNIDADES



Mais de cem empresários de São Gonçalo do Rio Abaixo acessaram os benefícios

Em São Gonçalo do Rio Abaixo, na região Central de Minas Gerais, uma iniciativa do poder público local criou oportunidade para pequenos negócios acessarem crédito produtivo. O programa Município Juro Zero, criado pela Lei nº 2.189/2021, disponibilizou R\$ 2 milhões para pagamento de juros de financiamentos concedidos pelo Sicoob Credimepi a pequenos negócios locais. Cada empreendedor pôde obter até R\$ 100 mil de crédito para investimento, cabendo ao município arcar com os juros referentes às operações. Os fi-

nanciamentos poderão ser pagos em até 36 parcelas, com três meses de carência para o primeiro vencimento.

Os resultados da iniciativa já começam a aparecer, como afirma a secretária de Desenvolvimento Econômico do município, Maria Inês de Araújo Moreira. “Ao todo, 107 empresários conseguiram renovar seus estoques, investir em reformas e, até mesmo, adquirir automóveis para fazer entregas. Tudo isso é extremamente produtivo para o município, pois vai alavancar a microeconomia.”

MAIS LIBERDADE PARA OS NEGÓCIOS

Cataguases e Lagoa da Prata facilitam a vida de quem deseja empreender


CÉSAR MACEDO

Anita Bessas elogia a unificação das normas para a construção civil em Lagoa da Prata, que estabeleceu um único parâmetro a ser seguido por arquitetos e engenheiros



Pedro Vilela

Freepik

A lei federal nº13.874, mais conhecida como Lei da Liberdade Econômica, foi sancionada em setembro de 2019, com o objetivo de deixar o mercado mais livre, ágil e dinâmico, facilitando os processos administrativos para abertura e funcionamento de empresas, principalmente as de baixo risco. A partir daí, estados e municípios puderam criar regulações próprias para atrair mais investimentos. Minas Gerais foi pioneira nesse processo, com o programa de desburocratização Minas Livre para Crescer, lançado pelo governo do estado em dezembro de 2019 (leia mais na página 16).

Entre os municípios mineiros, Cataguases, na Zona da Mata mineira, foi um dos que saíram na frente na regulamentação da Lei da Liberdade Econômica. O poder público local dispensou cerca de 700 atividades da obrigação de apresentar alvará e licenças e informatizou o acesso a documentos, facilitando não apenas a ampliação de atividades já existentes, como a abertura de novos negócios.

Por esses avanços, a gestão do prefeito José Henrique venceu, em 2022, a etapa estadual do 11º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor – Categoria Desburocratização. “Cataguases foi a primeira cidade da Zona da Mata mineira a assinar o Decreto de Liberdade Econômica e a participar do programa estadual de desburocratização, visando facilitar a vida de quem sonha ter o próprio empreendimento e tornar o município mais competitivo”, explica José Henrique, acrescentando que também foi eliminada a obrigatoriedade de emissão de renovação de alvará, exceto para casos de mudança de endereço e alteração da classificação do negócio.

Como resultado, o prefeito destaca alguns números superlativos: foram criados 1.748 postos de trabalho entre janeiro de 2021 e

agosto de 2023; o número de empresas ativas aumentou 11,7 % no mesmo período e o tempo médio para abertura de um novo negócio foi reduzido para menos de 24 horas. De acordo com dados do Portal Inteligência Sebrae, no ano de 2020, que antecedeu a assinatura do decreto, a cidade registrou a abertura de 918 micro e pequenas empresas. Já em 2021, após as novas medidas, o número subiu para 1.134 – crescimento superior a 20%. “Acumulamos, de janeiro de 2021 a setembro de 2023, o registro de cerca de 2.850 empreendimentos”, comemora o prefeito.

José Henrique lembra que o apoio do Sebrae Minas foi fundamental para o resultado alcançado. “As reuniões preparatórias e os cursos ofertados pelo Sebrae foram determinantes para o sucesso das medidas, pois deram a segurança jurídica de que os servidores precisavam para atuar e nos ajudaram a mudar a cultura organizacional adotada até então”. Já no que diz respeito à capacitação dos empreendedores locais, ele afirma que o apoio dado à Sala Mineira do Empreendedor (SME) de Cataguases foi igualmente decisivo.

**O TRABALHO DA
PREFEITURA DE
CATAGUASES VENCEU
O 11º PRÊMIO SEBRAE
PREFEITO EMPREENDEDOR
– CATEGORIA
DESBUROCRATIZAÇÃO**

Entusiasta da Lei da Liberdade Econômica, o contador, professor e empresário Jesuimar de Oliveira Dornelas foi um interlocutor das ações realizadas na cidade, por presidir o Conselho de Desenvolvimento de Cataguases (Codec). Segundo ele, avanços significativos em termos de qualidade e eficiência foram alcançados. “Inicialmente, fizemos uma análise minuciosa do ambiente de negócios para identificar os gargalos existentes. Posteriormente, implementamos melhorias nos procedimentos, aprimorando cada etapa do fluxo de trabalho. Por fim, realizamos uma transição crucial para a digitalização do sistema, para ter mais agilidade e ampliar a acessibilidade”, relata. Com essas adequações, os processos de abertura e alteração de empresas ganharam em previsibilidade e, sobretudo, rapidez. “Tudo foi e está sendo feito para incentivar o empreendedorismo e promover práticas inovadoras”, resume.

ENGENHARIA EM ALTA

Para o setor da construção civil, o principal avanço proporcionado pela Lei da Liberdade Econômica veio efetivamente em dezembro de 2020, quando o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), órgão vinculado ao então Ministério da Economia, publicou a Resolução nº 64, em vigor desde 1º de janeiro de 2021. Em síntese, a norma institui a liberação de alvará de construção e do “Habite-se” – documento que autoriza uso e ocupação de um edifício – para as chamadas “obras de baixo risco” (até 1.750 metros quadrados, com no máximo três pavimentos), além de definir critérios de classificação de risco com base na complexidade dos projetos. A intenção foi desburocratizar o processo

construtivo e incentivar obras mais simples, como reformas e pequenas edificações.

As normas afetaram diretamente o Código de Obras e os planos diretores urbanísticos dos municípios, e a modernização exigiu rápida adaptação por parte dos servidores. O Sebrae Minas, por meio de divulgação das modificações legais e da oferta de consultorias, apoiou as mais diversas prefeituras, com destaque para ações junto a cidades das regiões Centro-Oeste e Sudoeste do estado, como Divinópolis, Lagoa da Prata, Itaúna e Guaxupé.

Em Lagoa da Prata, as novas diretrizes foram implementadas com sucesso, conforme afirma o economista Rogério Corgosinho, que, entre janeiro de 2021 e outubro de 2023, atuou como secretário de Desenvolvimento Econômico do município. “A prefeitura sancionou, no início de 2023, a lei que rege o novo Código de Obras e Edificações da cidade, que se tornou mais simples e moderno, além de instituir o

princípio da boa-fé e o mecanismo da auto declaração. Para isso, contamos com a parceria fundamental do Sebrae Minas, aliado de primeira hora, que nos ajudou com consultorias especializadas”.

Rogério comenta que o novo Código demanda da prefeitura apenas deliberações urbanísticas, de forma que detalhes técnicos relativos às obras passaram à supervisão do proprietário e do profissional técnico responsável. “Três lados ganharam: o poder público, por ter se libertado de obrigações burocráticas; o mercado, pelo fato de o ambiente de negócios ter se tornado mais atrativo a novos investidores, o que contribui para a geração de emprego e renda e para a queda da informalidade, além do estímulo à regularização imobiliária; e a sociedade, uma vez que, com a redução da burocracia, o custo dos imóveis caiu e o acesso à habitação se tornou mais fácil”.

A desburocratização e a agilidade para empreender movimentaram toda a cadeia produtiva da construção civil em Lagoa da Prata. E quem atua na área atesta que o mercado está em franca expansão no município. É o caso da engenheira civil Anita Bessas, sócia da Castel, construtora criada em 2013, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e que em 2017 iniciou atividades em Lagoa da Prata, cidade natal da empresária.

Anita lembra que, durante muito tempo, a prefeitura tinha duas leis como parâmetro para aprovação de projetos: o Plano Diretor e o Código de Obras. “Muitas vezes, havia discordância entre os textos, o que gerava confusão. Agora, com a unificação das normas, há apenas um parâmetro a ser seguido. Isso facilitou a vida de engenheiros e arquitetos, pois foram revistas exigências desnecessárias para aprovação de um projeto”, explica.



Rogério Corgosinho atuou como secretário de Desenvolvimento Econômico de Lagoa da Prata

A empresária lembra que algumas normas que “caíram” faziam referência a tamanhos mínimos para cômodos e janelas, além de não existirem, anteriormente, legislações específicas para agências bancárias e supermercados – setores agora contemplados. “A jornada de aprovação de um projeto foi simplificada, e isso é bom para todos, porque destrava o poder público, estimula a economia, incentiva os construtores a investir e oferece mais opções para o consumidor”.

CONFIRA

ASSISTA À VÍDEOREPORTAGEM
NA REVISTA DIGITAL



Jesuimar Dornelas, de Cataguases, destaca que os processos de abertura e alteração de empresas ganharam em previsibilidade e rapidez

MINAS EMPREENDEDORA

Em 20 de setembro de 2019, entrou em vigor, no Brasil, a Lei Federal nº 13.874, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Os 20 artigos do texto estabeleceram garantias de livre mercado e alteraram legislações anteriores vigentes tanto no Código Civil quanto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O novo ordenamento promoveu mudanças significativas, como a dispensa de alvará para atividades de baixo risco, a prevalência de documentos digitais em relação aos físicos e a rapidez para liberação de licenças. “O objetivo foi tornar o ambiente de negócios mais livre, ágil, com intervenção mínima do Estado”, explica o analista do Sebrae Minas Cássio Duarte.

A partir da promulgação da lei, estados e municípios criaram normativas próprias para colocar em prática mecanismos de fomento à economia. Em Minas Gerais, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico criou, em dezembro de 2019, o programa Minas Livre para Crescer, com o objetivo de promover a competitividade, estimular o espírito empreendedor e propiciar maior geração de emprego e renda.



Houve, a partir daí, uma convocação para que os municípios aderissem. Cássio Duarte explica que o governo criou uma minuta de decreto para que as cidades pudessem recepcionar e dar publicidade às ações do programa e, desde então, 391 municípios já adotaram a Lei da Liberdade Econômica.

Segundo o analista, o Sebrae Minas apoia o poder público municipal em todo o estado por meio de mobilização, divulgação e consultorias para que as prefeituras possam rever seus processos administrativos, adequando-os às normativas que facilitam a abertura e baixa de empresas, a liberação de licenças e a desburocratização de todo o arcabouço legal, a fim de garantir condições favoráveis ao empreendedorismo.

NÚMEROS DO PROGRAMA ESTADUAL



DENTRE OS 853 MUNICÍPIOS MINEIROS:

- **391** PUBLICARAM DECRETO DE ADESÃO AO PROGRAMA
- **142** INICIARAM CONTATOS VISANDO À ADESÃO
- **3** ESTÃO EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DECRETO

NO TOTAL, **701 ATIVIDADES** DE BAIXO RISCO ESTÃO DISPENSADAS DE ALVARÁS PARA FUNCIONAMENTO

10 MILHÕES DE MINEIROS SÃO IMPACTADOS PELO PROGRAMA

NEGÓCIOS GERADOS REPRESENTAM EM TORNO DE **R\$ 300 BILHÕES** NO PIB DE MINAS GERAIS



Fontes: Sebrae Minas/ Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico

Peirópolis, distrito de Uberaba, é considerado a terra dos dinossauros do Brasil



RESUMO

O Sebrae Minas tem apoiado municípios mineiros a desenvolver e implantar seus Planos Municipais de Desenvolvimento Econômico (PMDE). O trabalho visa estimular as potencialidades de cada local, movimentando a economia e melhorando o ambiente de negócios. Os municípios de Uberaba, no Triângulo Mineiro, e Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, têm ações em andamento.

UNIDOS PELO PROGRESSO

Sebrae Minas apoia municípios na elaboração e execução de planos de desenvolvimento econômico

MARTA VIEIRA

O paleontólogo Thiago Marinho, professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), apresentou o projeto Geoparque Uberaba – Terra de Gigantes na Conferência Internacional sobre Geoparques Mundiais da Unesco, em setembro último. Realizado em Marrakech, no Marrocos, o evento reuniu especialistas de mais de 50 países. O resultado é que a cidade teve sua candidatura ao status de **Aspirante Geoparque** aprovada por unanimidade pelo Conselho da Rede Global de Geoparques e já está pronta para ser apresentada ao comando da Unesco em 2024.

Para a concretização do projeto, diversas exigências deverão ser atendidas, como a realização de investimentos em infraestrutura de ensino e turística, além do estabelecimento de parcerias com universidades e empresas, que demandarão esforços conjuntos de vários atores sociais. Não à toa, a iniciativa é tida como uma ação crucial do Plano Municipal de Desenvolvimento

to Econômico (PMDE) de Uberaba, apoiado pelo Sebrae Minas, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Prefeitura de Uberaba e Associação Geoparque Uberaba. “O trabalho começa, de fato, agora, com a execução de várias ações”, informa Thiago Marinho.

ÁREA GEOGRÁFICA UNIFICADA, COM ADMINISTRAÇÃO DE SÍTIOS E PAISAGENS DE RELEVÂNCIA GEOLÓGICA INTERNACIONAL, A PARTIR DE UM CONCEITO HOLÍSTICO DE PROTEÇÃO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

ASSISTA

A REVISTA DIGITAL TEM UMA VÍDEOREPORTAGEM SOBRE O ASPIRANTE GEOPARQUE UBERABA. ACESSE O QR CODE E CONFIRA





O professor Thiago Marinho apresentou o projeto Geoparque Uberaba na conferência internacional da Unesco

O objetivo do PMDE é criar uma estratégia unificada visando ao crescimento da cidade com inclusão social. Além de Uberaba, outros 419 municípios do estado estão debruçados sobre seus planos, assessorados por analistas e consultores do Sebrae Minas. “Ajudamos os municípios a organizar suas políticas públicas para terem condições de se desenvolver”, diz Anderson Cabido, analista do Sebrae Minas.

TERRA DE GIGANTES

O Sebrae Minas participou da produção do dossiê que formalizou o pedido de chancela da candidatura do projeto de Uberaba ao status de Aspirante Geoparque. Em julho deste ano, uma comitiva de avaliadores da Unesco visitou o município e conferiu a documentação. Agora, após a aprovação no evento internacional, poder público, universidade e setor privado reafirmam a importância da atuação conjunta para viabilizar a nova etapa da iniciativa.

TRÊS SÍMBOLOS DE UBERABA INTEGRAM O ASPIRANTE GEOPARQUE: O PATRIMÔNIO GOELÓGICO, O GADO ZEBU E O LEGADO DO MÉDIUM CHICO XAVIER

SAIBA MAIS

ACESSE O SITE DO ASPIRANTE GEOPARQUE UBERABA PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES E ACOMPANHAR NOVIDADES. USE O QR CODE.



Ruy Ramos é secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo de Uberaba



Parque Fernando Costa, em Uberaba, é palco de eventos que envolvem a raça bovina zebu, outro símbolo local

Esses ícones estão associados ao acervo histórico e cultural do município: o gado zebu – a cidade é reconhecida como capital mundial da raça zebu – e o legado do médium brasileiro Chico Xavier. Os três símbolos sustentam a expressão “terra de gigantes”.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo de Uberaba, Ruy Ramos, diz que a cidade tem se desdobrado para atender à aguardada ampliação do número de turistas. “A ideia é retomar as operações de uma antiga companhia aérea que operava na região e ampliar a frequência daquela que nos serve atualmente, para facilitar o deslocamento dos interessados em visitar o geoparque”, afirma. Há empenho, de outro lado, por

aumento de leitos e melhoria da qualidade da recepção na rede hoteleira da cidade. Nesse sentido, a prefeitura mantém parceria com o Sebrae Minas para qualificação de toda a cadeia da atividade turística.

Entre os investimentos que estão sendo feitos, Ruy ressalta o aporte de cerca de R\$ 5 milhões em melhorias no geossítio (abrigo de patrimônio geológico) de Peirópolis, na revitalização do geossítio de Santa Rita e do centro de eventos Centro Park e na implantação do geossítio da Univerdecidade, da UFTM. O secretário informa, ainda, que a Fundação Cultural de Uberaba conta com o auxílio do setor público para captar R\$ 3,5 milhões que serão investidos na reestruturação do Memo-

rial Chico Xavier. “O Aspirante Geoparque de Uberaba tem enorme potencial de geração de emprego e renda”, diz.

O professor Luiz Carlos destaca que os geossítios e sítios cujos acervos histórico e cultural se encontram abrigados no projeto reúnem 13 localidades que estão recebendo sinalização e painéis explicativos para serem incluídos em roteiros turísticos. Além disso, Uberaba terá o primeiro zoneamento paleontológico em mancha urbana do Brasil.

DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO

O desenvolvimento econômico requer um modelo participativo para a definição de metas estratégicas conectadas às condições sociais e ao ambiente negócios. Anderson Cabido explica que, por ter sido apropriado pelos municípios mais recentemente, nos últimos dez anos, o número de prefeituras no Brasil que contam com pessoal dedicado ao tema ainda é restrito. “Os municípios estão acostumados a conduzir políticas públicas nas áreas de educação e saúde. No que diz respeito a desenvolvimento econômico, são poucas as prefeituras que até então se dedicaram a elaborar políticas, criar conselhos e reservar fundos com essa finalidade”, diz. O PMDE não apenas “amarra” tais pontas, como pressupõe compartilhamento de responsabilidades na elaboração e execução das ações delineadas.

Segundo Anderson, para que seja efetivo, o ideal é que o PMDE seja construído com a participação de três forças essenciais – poder público, sociedade civil e setor privado. O analista do Sebrae Minas observa que os conselhos municipais tripartites, regidos por lei específica, são o melhor modelo, embora existam também os chamados “fóruns de lideranças locais”, constituídos por, no mínimo, 12 membros e, no máximo, 30.

A estrutura de governança municipal, por sua vez, dá sustentabilidade à estratégia para o desenvolvimento econômico, a despeito das trocas nas administrações públicas, incluindo prefeitos e gestores. Garante, ainda, legitimidade às ações elaboradas e implementadas por meio do PMDE. Outro fator essencial é a capacidade dos conselhos de fiscalizar a atuação dos governos na execução dos planos.

Dos 420 municípios já atendidos pelo Sebrae Minas, 274 cidades já entraram em fase de execução dos planos. Segundo Anderson, 80 conselhos municipais foram constituídos.

ESFORÇO COLETIVO

O tamanho das cidades não constitui aval ou impedimento para que elas assumam a empreitada em favor do desenvolvimento. Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, que possui extensão territorial próxima de 1.700 km² e apenas 26,9 mil habitantes, é um dos municípios que iniciaram ações de seu PMDE.

Os moradores do município tinham o costume de se deslocarem para fazer compras ou estudar em outras localidades próximas. Diante desse cenário, os comerciantes de Novo Cruzeiro decidiram se associar e criaram a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), iniciativa alinhada ao PMDE, que tem no fortalecimento do comércio uma de suas diretrizes. Como consequência do esforço coletivo, a atividade comercial, segunda maior empregadora local, se expandiu de forma significativa.

**274 CIDADES DE MINAS ESTÃO
COM SEUS PMDE EM EXECUÇÃO**

Aberta em fevereiro de 2021, a CDL de Novo Cruzeiro já reúne 70 filiados adeptos do cooperativismo, conta o presidente da entidade, Adriano Alves dos Santos, empreendedor há 15 anos. “Estamos conseguindo reverter a ideia de que o comércio recebia mal o cliente e as lojas eram feias. Esse é um jogo que a gente já virou”.

Segundo ele, cerca de 60% dos lojistas já promoveram mudanças nas fachadas das lojas, e algumas promoções conjuntas foram realizadas. Aliado a isso, foram feitos investimentos em capacitação das equipes e em diversificação de produtos, sob a orientação do Sebrae Minas.

As ações estão integradas a uma “visão de futuro”, afirma Jeferson Batalha, analista do Sebrae Minas. A mudança partiu da insatis-

fação de mulheres empreendedoras de Novo Cruzeiro, que impulsionaram, em 2020, a mobilização do setor e o consequente debate sobre medidas que poderiam ser tomadas. O PMDE previu ainda a implementação de programas do Sebrae Minas, como a Sala Mineira do Empreendedor e o Programa Nacional da Educação Empreendedora (PNEE). “Pouco a pouco, passamos a perceber o empoderamento dos comerciantes e uma aproximação muito forte com o poder público. A Sala Mineira do Empreendedor recebeu o Selo Prata do Sebrae em 2022, um reconhecimento da instituição aos pontos de atendimento parceiros que se destacam na excelência dos serviços prestados. Em outra frente, os professores do município já participaram de atividades de qualificação em educação empreendedora”, relata Jeferson.



Ações pelo desenvolvimento de Novo Cruzeiro ganharam impulso a partir de 2020



Arquivo Prefeitura



Arquivo Pessoal

Flávio de Sá, secretário de Governo, e Adriano Santos, presidente da CDL: movimento pela transformação de Novo Cruzeiro

PRÓXIMOS PASSOS

Em 2023, um dos marcos dos PMDE têm sido as ações que atacam carências locais, com impacto positivo no ambiente de realização de negócios. Para o analista do Sebrae Minas Anderson Cabido, os resultados aparecerão nos próximos anos. “Percebemos também uma demanda dos municípios por correções e atualização dos planos, que, afinal, são vivos”.

Na cidade de Novo Cruzeiro, boa parte do planejamento previsto foi elaborada e executada para estimular empreendedores, diz o secretário de Governo, Flávio de Sá. “O PMDE traz a orientação correta dentro do nosso planejamento. Com o novo cenário criado e menos burocracia, surgiram empresas, e os cidadãos come-

çaram a sentir os efeitos de uma gestão mais aberta a investimentos e melhorias no município”. Junto ao fortalecimento do comércio, os agricultores familiares receberam apoio, e um decreto municipal de liberdade econômica foi elaborado (*saiba mais sobre esse tema na Entrevista, nas páginas 32 a 35*). Flávio de Sá defende que as ações delineadas no horizonte de 30 anos devam ser ajustadas, em um caminho de boa governança para orientar o desenvolvimento local.

No assessoramento aos municípios, o Sebrae Minas, por sua vez, dedicará especial atenção a quatro fatores: atração de investimentos; desburocratização e liberdade econômica; regularização fundiária e compras públicas.



Aleando Guzon é proprietário de uma churrascaria em Paracatu

Pedro Vilela

DESTINOS MAIS ATRATIVOS

Paracatu e Delfim Moreira redefinem estratégias para fortalecer o turismo e estimular a economia local

CÉSAR MACEDO

O turismo em Minas Gerais movimentou 200 mil pequenos negócios, responsáveis por 8% dos empregos no estado – resultado acima da média nacional de 3%, segundo o Observatório do Turismo de Minas Gerais (OTMG). O estado foi o segundo

destino mais procurado por turistas no Brasil em 2021 e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 11,4% das viagens nacionais realizadas no ano passado tiveram Minas Gerais como roteiro.

Para fomentar o setor, que tem grande potencial para o desenvolvimento econômico dos territórios, o Sebrae Minas tem apoiado vários municípios por meio de iniciativas para identificar vocações e fortalecer o posicionamento estratégico dos destinos no mercado, contribuindo para a atração de visitantes, a expansão dos negócios e a geração de trabalho e renda.

Tudo isso é feito com a participação ativa da comunidade e do empresariado em todo o processo de construção e consolidação da estratégia de marca do destino. Paracatu e Delfim Moreira são exemplos de cidades que estão avançadas nesse trabalho.

Situada no Noroeste de Minas, Paracatu tem uma particularidade: por ser um polo minerador, a cidade recebe, quase exclusivamente, turistas interessados em negócios. Porém, a atividade de mineração no local está prevista para se encerrar em 2030, o que motivou o poder público a adotar novas estratégias para diversificar a matriz econômica. Com isso, a valorização da riqueza material e imaterial do município tem ganhado cada vez mais destaque. O projeto começou em 2021 e promoveu a imersão e reflexão sobre os temas, engajando os moradores. Na iniciativa de Políticas de Marca Lugar, foi lançado recentemente as marcas Paracatu: para tudo que a gente ama e Quitandas de Paracatu: um patrimônio, nossa preciosidade, realizado durante o 10º Festival do Patrimônio Cultural, em julho último.

A iniciativa de promover a identidade de Paracatu – que em 2023 completou 225 anos – por meio de seu acervo cultural, histórico e gastronômico, tem forte apelo turístico e integra o Cidade Empreendedora, programa do Sebrae que transforma a realidade de municípios brasileiros com ações de desenvolvimento econômico e social. “Quando assumimos a

prefeitura, revimos, em parceria com o Sebrae, toda a legislação relacionada ao turismo”, explica o prefeito Igor Santos. Como resultado, a Lei de Turismo e o Conselho de Turismo foram reformulados e foi criado o Fundo Municipal de Turismo para ampliar a captação de recursos e as possibilidades de sua aplicação. Foi elaborado, ainda, o Plano Municipal de Turismo, que deu origem a 52 estratégias para consolidar Paracatu como destino turístico. “O objetivo era termos um mapa estratégico de ações de fortalecimento da cadeia produtiva do setor”, completa o prefeito, destacando ações de valorização dos casarões históricos, das mestras quitandeiras e o fortalecimento das comunidades quilombolas.

Para a analista do Sebrae Minas Patrícia Dias de Rezende, a estratégia adotada para destacar o território de Paracatu desperta um senso de pertencimento nos moradores. “Criar uma identidade contribui para apresentar o patrimônio material e imaterial do território para o turista, morador e investidor. Estamos pensando no futuro da cidade e das pessoas”.

INDÚSTRIA LIMPA

A estratégia de promoção do marketing territorial é bem-vista pela iniciativa privada. Nascida e criada em Paracatu, Marília Lepesqueur Cordeiro é sócia e administradora do Hotel Veredas. “O poder público, em parceria com o Sebrae Minas e o empresariado, vem fazendo um bom trabalho de governança na preservação da cultura e no incentivo do turismo como braço econômico importante”, avalia. Ela, que já presidiu a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu (Adesp), observa que o turismo é uma “indústria limpa”, além de geradora de emprego, renda e recursos. “Investir no turismo é investir no futuro”, sintetiza.



Marília Cordeiro administra o Hotel Veredas, em Paracatu

O comerciante Aleandro Guzzon concorda que as ações dedicadas ao turismo favorecem a cidade de um modo geral. Catarinense, ele se radicou em Paracatu em 1998, quando se tornou gerente de um restaurante. No ano de 2020, ele assumiu o empreendimento como proprietário. A churrascaria e choperia Minas-Tchê acomoda, atualmente, 180 pessoas, e, em breve, terá sua capacidade ampliada para 400. "Além do público local, conto com os visitantes para manter e expandir meu negócio", diz. Com o fim da atividade minerária, Aleandro concorda que o poder público deva dar visibilidade a atrações como o centro histórico, as cachoeiras, a culinária e as tradições quilombolas, que têm potencial para atrair turistas de todo o Brasil. "O trabalho ainda está no início, mas o caminho é esse", opina.

VOCAÇÃO PARA O ECOTURISMO

Belas cachoeiras cercadas por área de preservação ambiental, onde predomina o bioma da Mata Atlântica. Fincada no alto da Serra da

Mantiqueira, no extremo Sul do estado e próxima à divisa com São Paulo, a cidade de Delfim Moreira tem clima ameno e é vocacionada para o ecoturismo. À riqueza natural junta-se um mosaico gastronômico variado, com produção de trutas e outros peixes de água doce. Sem falar nos queijos, azeites, produtos orgânicos, cachaças e frutas típicas do clima temperado, como marmelo, pêssego, kiwi e ameixas – matérias-primas dos famosos doces da região. Por conta desse rico acervo natural, que se soma ao artesanato e à música, o poder público aposta no potencial turístico para fomentar a economia.

Um passo importante foi dado no início de 2021, quando a prefeitura estruturou, com apoio do Sebrae Minas, o Plano Municipal de Turismo. Taynara Murad, secretária de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Delfim Moreira, afirma que a prefeitura tem sido proativa na valorização das atividades turísticas por entender que a cidade pode se tornar conhecida regional e nacionalmente. Ela diz que o plano ainda está em andamento, mas muitas ações já foram efetivadas, como a inauguração da Sala Mineira do Empreendedor – fundamental para apoiar os negócios do município, com orientações a formalização. Outro grande feito foi o mapeamento turístico para o desenvolvimento de produtos e experiências, o lançamento do catálogo turístico, as realizações do 1º Congresso de Turismo e do 1º Festival de Inverno, além de capacitações voltadas para empreendedores das áreas de hospedagem, gastronomia, artesanato, música e comércio.

A secretária ressalta, ainda, o projeto Estrada do Parque, no bairro do Rosário, que tem o intuito de levar turistas para conhecer o trabalho dos artesãos e produção associada. Ela lembra

que, além do Plano de Turismo, o Sebrae Minas é parceiro no Plano de Desenvolvimento Econômico, com lei já aprovada na Câmara Municipal e em fase de escolha dos conselheiros.

NOVA MARCA TURÍSTICA

Outro ponto positivo da parceria com o Sebrae Minas, segundo Taynara Murad, foi o fato de que, com as capacitações realizadas junto aos artesãos e comerciantes, muitas pessoas saíram da informalidade. "Havia empreendimentos que não tinham oportunidade de participar de feiras, dos eventos e nem adquirir conhecimento. Com apoio do Sebrae, o número de habilitados aumentou muito desde 2021, quando começaram as capacitações, chegando a cerca de 100 artesãos formalizados em dois anos. Isso ajuda a girar a economia e a gerar novas fontes de renda".

Vale destacar que, em 17 de dezembro deste ano, data do aniversário da cidade, será lançada, oficialmente, a marca turística de Delfim Moreira, que vai reforçar o atual posicionamento do território como destino para os viajantes. O feito é comemorado por Mateus Ribeiro, ex-secretário de Turismo do município. "Quanto mais profissionalizado for o trade turístico, melhor para a cidade. A emoção é importante, mas é fundamental trabalharmos com a razão para colocarmos em prática ideias que unam o poder público, a população e o empresariado em prol do bem comum. Fico muito honrado de ter implantado, junto com o Sebrae, uma cultura de associativismo e cooperativismo na cidade, que gerou a associação Grimpeiros, formada por artesãos".

Fotógrafo e comunicador, Mateus abriu recentemente uma agência especializada em turismo empresarial, após ter participado do Empretec, seminário da ONU que é aplicado

no Brasil exclusivamente pelo Sebrae. "Resolvi empreender tendo como objeto algo que conheço desde que nasci, pois sou filho da terra. Aos 15 anos, comecei a fotografar e filmar as belezas da Serra da Mantiqueira, que divulgava via blog e canal no YouTube. Para mim, é uma alegria ajudar no desenvolvimento dessa região que tanto amo", diz.

PRESERVAÇÃO

Por conta de sua riqueza natural, Delfim Moreira atrai empreendedores de outros estados, como é o caso da carioca Samara Pineschi. Nascida em Barra Mansa e formada em Engenharia Elétrica, ela migrou de área e, há seis anos, está à frente do Hotel Fazenda Boa Esperança. Para Samara, como o ecoturismo é o carro-chefe da região, uma palavra deve



Samara Pineschi aposta no potencial de Delfim Moreira para o turismo

constar em todos os planos de desenvolvimento: preservação. “Esse é um valor inegociável. Nosso maior atrativo é a natureza exuberante que fica dentro da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira. As cachoeiras e águas limpas são abundantes e qualquer tipo de exploração deve ser sustentável”, argumenta.

A empresária participou do Plano de Turismo desde o início de sua elaboração, como consultora convidada pela prefeitura. “Algumas ações foram implementadas, mas ainda há muito a fazer. O rumo está certo, pois o setor traz desenvolvimento, envolve uma cadeia enorme de serviços e gera emprego. Delfim Moreira tem um estilo de vida muito preservado e a produção em pequena escala é muito rica, tanto na gastronomia como no artesanato e na música. O delfinense é um povo acolhedor e afetuoso”.

Ainda segundo Samara, a proposta de resignificação turística de Delfim Moreira tem tudo para dar bons frutos. “A cidade é estrategicamente bem localizada. Está próxima de destinos turísticos consolidados, como Campos do Jordão e Aparecida do Norte. Isso é um diferencial capaz de atrair público não só de Minas Gerais, mas também de outros estados”, conclui.

TRANSFORMAÇÕES

Para a analista do Sebrae Minas, Andresa Paes, o trabalho da instituição no desenvolvimento do território em Delfim Moreira, realizado de 2021 a 2023, resultou em uma série de transformações no município, seja por meio de ações de apoio ao empreendedorismo, capacitação, formação de governança, associações, educação empreendedora, entre outras.

“Todas as atividades são pensadas de forma estratégica para que possamos, de fato,



Pedro Viêla



QUANTO MAIS PROFISSIONALIZADO FOR O TRADE TURÍSTICO, MELHOR PARA A CIDADE

MATEUS RIBEIRO, FOTÓGRAFO



ter desenvolvimento por meio da vocação que o município possui”, diz a analista. “Este processo ocorre em longo prazo, embora já consigamos mensurar muitos resultados. A parceria com o município só é possível porque contamos com um poder público comprometido com as ações, além do envolvimento da população e dos empresários locais. O território é forte quando é organizado e tem governança atuando”, conclui

TRABALHO RECONHECIDO

Eleito prefeito aos 23 anos, Igor Santos não demorou para colher os frutos de seu trabalho em Paracatu. Em abril de 2022, pouco mais de dois anos após ter sido empossado, venceu a 11ª edição do Prêmio Prefeito Empreendedor do Sebrae, na categoria Marketing Territorial e Setores Econômicos. Para ele, a premiação foi o reconhecimento de uma gestão que acredita em crescimento econômico via estratégias diversificadas. “Desde o início, demos ênfase às políticas de desenvolvimento econômico como forma de nos anteciparmos ao desfecho do ciclo do ouro e da mineração”.

O prefeito informa que a cidade desponta como uma das grandes potências brasileiras no agronegócio. Uma gigante chinesa do mercado de sementes construirá seu parque industrial e científico em Paracatu, que passará a responder por cerca de 50% do segmento no Brasil. Outra empresa espanhola do ramo de energia fotovoltaica também virá para a cidade. “Estamos concluindo e estruturando dois distritos industriais e conseguimos, em parceria com os governos estadual e federal e os produtores rurais, retirar do papel a pavimentação e infraestrutura completa da bacia do Entre-Ribeiros, pertencente ao Vale do Rio Paracatu, que é a maior área irrigada da América Latina e uma das maiores do mundo”.



Arquivo Prefeitura

Igor Santos foi um dos vencedores do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor

Outras ações foram implantadas junto ao setor de comércio e serviços da cidade. No turismo, o prefeito destaca o importante papel de valorização, incentivo e resgate da tradição e dos valores paracatuenses de maneira integrada. “Não temos como falar de gastronomia sem falar de artesanato, de musicalidade, de teatro, de cinema, de arte, pois aqui isso é muito conectado. Tanto a criação da marca-destino quanto a criação da marca coletiva das quitandas trazem justamente isso, o sentimento de amor por essa terra”.

AVANÇO NECESSÁRIO

CRISTINA MOTA

Secretário Especial de
Desburocratização, Gestão e
Governo Digital do Ministério
da Economia entre 2019 e 2020,

PAULO UEBEL

fala sobre a Lei da Liberdade
Econômica e seus reflexos, quatro
anos após sua sanção



Em 20 de setembro de 2019, entrou em vigor a Lei da Liberdade Econômica (nº 13.874/2019), que tinha como principal objetivo um ambiente mais favorável ao empreendedorismo. Entre outros avanços, o novo regramento resultou em uma série de medidas para desburocratizar os processos de abertura e funcionamento das empresas, de forma a estimular a criação de novos negócios e impulsionar a economia.

Para falar sobre os impactos dessa legislação para o país, a Revista Histórias de Sucesso conversou com Paulo Uebel, que, no período em que ocupou o cargo de secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, entre 2019 e 2020, atuou em todo o processo de idealização, redação, tramitação e aprovação da Medida Provisória da Liberdade Econômica, posteriormente convertida em lei. Atualmente, ele é presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge/Codemig) e membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Como foi participar do trabalho que gerou a Lei da Liberdade Econômica? Qual a importância dessa legislação para o Brasil?

A experiência foi incrível. Foi muito bom participar da idealização, redação, tramitação e aprovação da Medida Provisória da Liberdade Econômica, que, posteriormente, foi convertida em lei. Usamos diversas pesquisas e consultas a entidades empresariais e laborais para identificar os maiores gargalos ao empreendedorismo e construir uma legislação que abordasse uma parte importante deles. Ela é inovadora porque trouxe critérios, matriz de risco e alavancas para melhorar a gestão de atividades econômicas. Trouxe, também,

mecanismos para melhorar a eficiência dos órgãos públicos. Com isso, União, estados e municípios já conseguem concentrar energia e pessoal nas atividades que efetivamente geram risco para a sociedade.

Quais eram os benefícios previstos inicialmente na lei e quais foram os principais avanços após sua entrada em vigor?

Era esperada a redução drástica do tempo e do custo para abertura e funcionamento de novas empresas. E isso ocorreu. Segundo o Banco Mundial, para se abrir uma empresa no Brasil, em 2012, o tempo médio de formalização de todos os documentos era de 120 dias. Atualmente, é de um dia, conforme o Mapa de Empresas do Governo Federal. Ou seja, o Brasil possui o menor tempo para a abertura de novos negócios da sua história. Estados e municípios que aprovaram suas respectivas leis da liberdade econômica e a regulamentaram já conseguem abrir novas empresas em um único lugar, com um único procedimento e, muitas vezes, sem custo nenhum. Isso é uma revolução silenciosa em termos de melhoria do ambiente de negócios.

Todo o potencial da lei foi alcançado? Quais os principais resultados obtidos até agora e em que ainda é necessário avançar?

Para a lei alcançar todo o seu potencial, todos os estados e municípios precisam aprovar suas respectivas leis da liberdade econômica. A lei federal não consegue promover todas as mudanças sem a participação desses entes. Para avançar, precisamos do engajamento das pessoas, entidades empresariais, laborais e da imprensa para pressionar estados e municípios que ainda não aprovaram a lei. Menos de 30% de todos os municípios do Brasil possuem a lei aprovada.

Como o senhor avalia o impacto da lei para os pequenos negócios?

A lei foi pensada justamente para beneficiar os pequenos negócios, que, muitas vezes, não conseguiam contratar despachantes, contadores e advogados para resolver todas as questões burocráticas que existiam em um modelo ultrapassado de licenciamento ou alvará. Se uma atividade não representa risco para a sociedade, não faz sentido, por exemplo, exigir alvará, licença ou autorização de funcionamento. E a administração pública precisa ser orientada a agir com base em dados e evidências, e não no “achismo” do fiscal. Com essa mudança de paradigma, os empreendedores ganham tempo e recursos para investir em seus negócios ou mesmo em suas famílias.

À época da sanção da lei, a expectativa era que ela viabilizaria a geração de 3,7 milhões de empregos em uma década. Após quatro anos, essa avaliação se mostra realista?

O Brasil alcançou a menor taxa de desemprego dos últimos oito anos justamente depois da aprovação e implementação da Lei da Liberdade Econômica. Além disso, nos últimos anos, a maior parte dos empregos formais tem sido gerada justamente em empresas de micro e pequeno porte. Esses dois dados são evidências de que a Lei da Liberdade Econômica foi um marco importante para o Brasil. Evidentemente, muito ainda precisa ser feito. Precisamos ter uma carga tributária compatível com o nível de desenvolvimento do país – hoje, o Brasil possui uma carga tributária maior do que as da Rússia e da Índia, que são países emergentes. Como se não bastasse, a nossa carga tributária é maior do que a dos

Estados Unidos e da Austrália, que são países desenvolvidos. Isso prejudica a competitividade do Brasil no cenário internacional.

Como o senhor avalia o movimento de estados e municípios na adoção da lei? E sobre Minas Gerais, especificamente, qual a sua opinião?

No geral, muitos estados e municípios precisam fazer o seu dever de casa e aprovar suas respectivas leis da liberdade econômica. Se não fizerem isso, estarão prejudicando seus cidadãos e correrão o risco de afastar empreendedores e empresas. Minas Gerais, felizmente, foi um dos primeiros estados do Brasil a aprovar a Lei da Liberdade Econômica e tem liderado o trabalho de ajudar os seus municípios a aprovar ou regulamentar a legislação em nível municipal. Até há pouco tempo, Minas era o estado com o maior número de atividades econômicas consideradas de baixo risco pela vigilância sanitária, meio ambiente e Corpo de Bombeiros. Recentemente, o estado foi ultrapassado pelo Rio Grande do Sul. Há informações de que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico está liderando uma força-tarefa para recuperar a liderança de Minas no cenário nacional.

O ranking de 2022 do Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage mostra que o Brasil subiu posições, melhorando em algumas áreas, mas piorando em outras. Que pontos de atenção esse resultado indica?

O trabalho em favor da melhoria do ambiente de negócios, da ampliação da liberdade econômica e do aprimoramento da qualidade dos serviços públicos deve ser permanente e diário. Quem para de melhorar, infelizmente, tende a piorar nos *rankings*, já que os demais países não esperarão por nós. O trabalho de

implementação da liberdade econômica deveria ser, portanto, um programa de Estado, e não do governo de plantão. Ao fomentar a liberdade econômica com responsabilidade, o Estado consegue focar aquilo que é essencial, trazendo mais valor para os cidadãos, principalmente para aqueles que dependem dos serviços estatais. Quando o Estado não possui uma matriz de risco e quer olhar todas as atividades, sem uma gestão eficiente, toda a sociedade perde. Perdem-se tempo, dinheiro e pessoal. Felizmente, muitos gestores públicos e lideranças políticas entenderam que não existe desenvolvimento econômico e social sem empresas, sem empregos e sem renda – e estão priorizando esse assunto.

Qual sua avaliação em relação ao cenário econômico atual e de curto prazo?

O cenário macroeconômico é um fator que influencia todas as atividades econômicas, principalmente as realizadas pelos pequenos negócios. A taxa de juros, por exemplo, impacta todas as pessoas e empresas que dependem de crédito. Portanto, os governos (federal, estaduais e municipais) precisam ter muito cuidado com o tamanho e a qualidade do gasto público. Se o Brasil tiver um gasto público muito elevado e de baixa qualidade, vai piorar o cenário macroeconômico e teremos uma curva de juros de longo prazo maior e até mesmo risco de mais inflação. O governo precisa ter responsabilidade fiscal e cuidado o tempo todo.

A reforma tributária é outro ponto de atenção. Precisamos simplificar a legislação tributária, mas não podemos ter uma reforma que aumente o custo de vida dos brasileiros. Além disso, alguns setores, como serviços e agronegócio, não podem

ser onerados de forma desproporcional. Como um país ainda em desenvolvimento, o Brasil deveria ter uma carga tributária menor. Se não houver um teto constitucional para limitar a carga tributária, corremos o risco de gerar mais desigualdade e piorar o nosso ambiente de negócios.

O senhor concorda que há uma correlação entre liberdade econômica e desenvolvimento humano? Temos exemplos que evidenciam isso?

Se você cruzar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Liberdade Econômica (ILE), será possível constatar que os países com maior desenvolvimento humano, em regra, são aqueles com os maiores índices de liberdade econômica. Não é possível afirmar se um é causa do outro, mas a evidência é clara no sentido de que eles andam juntos. Portanto, o Brasil deve seguir o exemplo dos países com os mais elevados níveis de desenvolvimento humano e seguir trabalhando para aumentar a liberdade econômica e o nosso desenvolvimento humano.

Como avalia a participação do Sebrae no processo de implantação da Lei e estímulo ao melhor ambiente de negócios?

O Sebrae faz um trabalho fundamental na promoção do empreendedorismo e na geração de valor para os micro e pequenos negócios no Brasil. Em razão da sua grande capilaridade, com ações em todos os estados e em milhares de municípios, o Sebrae consegue levar conhecimento e ferramentas de apoio ao empreendedor brasileiro. Portanto, a instituição é um agente muito importante na implantação da Lei da Liberdade Econômica e na consequente melhoria do ambiente de negócios.

BOM PARA MUNICÍPIOS, EMPRESAS E CIDADÃOS

Sebrae Minas estimula parceria entre prefeituras e cooperativas de crédito para movimentação de depósitos financeiros

MARTA VIEIRA



João Monlevade é um dos municípios que movimentam seus depósitos com uma cooperativa de crédito

Cooperativas de crédito têm conquistado cada vez mais o espaço até há pouco tempo ocupado por bancos comerciais e múltiplos. Isso graças aos seus princípios, dos quais faz parte o interesse pela comunidade, alinhados à eficiência de suas operações e à oferta de taxas de juros inferiores às cobradas no mercado financeiro tradicional, entre outros aspectos que se traduzem em desenvolvimento econômico local. Esse esforço é reconhecido pelo Banco Central, que tem as cooperativas de crédito em sua pauta estratégica.

ENTRE 2021 E 2023, O SEBRAE MINAS ESTEVE PRESENTE EM DIVERSOS EVENTOS PARA PROMOVER O ENCONTRO ENTRE PREFEITURAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O ESFORÇO COOPERATIVISTA CHEGOU A 3.121 CIDADES BRASILEIRAS EM 2023

Essa capacidade de entender o território tem contribuído para que as cooperativas de crédito estejam conquistando um maior relacionamento com as prefeituras em todo o país. A movimentação do dinheiro arrecadado pelo poder público municipal por essa via ganhou impulso desde agosto de 2020, após o Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) ter tornado inválida a Súmula nº 109/2019, que impedia a gestão de depósitos municipais por essas instituições, embora uma Lei Complementar de janeiro de 2018 e uma resolução da autoridade monetária editada naquele mesmo ano já autorizassem o procedimento.

Com isso, o esforço cooperativista chegou, neste ano, a 3.121 cidades brasileiras, o que corresponde a 56% do total de 5.570 municípios do país. Em junho de 2023, o saldo de depósitos municipais em cooperativas de crédito somava R\$ 3,351 bilhões, de acordo com levantamento feito pelo Banco Central, que registrou crescimento de 20,4% do montante na comparação com dezembro de 2022. A expansão do cooperativismo de crédito impressiona também em Minas Gerais, onde a geração de resultados aumentou 60,6% em 2021 em comparação a 2020. Nos últimos cinco anos, o crescimento foi de 228%, segundo o Anuário de 2022 do Sistema Ocemg, órgão de representação e defesa do setor no Estado.

COOPERATIVAS FINANCEIRAS

Têm unidades em **56%** dos municípios brasileiros (3.121 cidades).

Registraram evolução de **62,5%** em Minas Gerais, em cinco anos.

Únicas instituições financeiras presentes nos territórios de **337** municípios no Brasil e de **131** em Minas Gerais.

Totalizam **15,6 MILHÕES** de pessoas físicas e jurídicas como cooperadas.

Fontes: Banco Central e Sistema Ocemg

COM AS PARCERIAS ENTRE PREFEITURAS E COOPERATIVAS, O ACESSO DO CIDADÃO À INCLUSÃO FINANCEIRA PODE SER AMPLIADO



Laércio Ribeiro é o prefeito de João Monlevade

João Monlevade, no Leste do estado, é um dos municípios que movimentam seus depósitos com uma cooperativa de crédito. O governo local mantém recursos públicos em conta de aplicação de fundos de investimento na cooperativa Sicoob Credimepi e não descarta novos contratos. O prefeito Laércio José Ribeiro afirma que a escolha da instituição foi motivada pela busca por ampliar as estratégias de gestão financeira municipal. “A prefeitura está atenta à possibilidade de explorar novas modalidades de operações com a cooperativa em João Monlevade. A previsão é de incremento gradual do montante de recursos alocados no fundo de investimentos ao longo dos próximos anos”.

Quinta maior cooperativa de crédito de Minas em ativos (R\$ 2,050 bilhões), o Sicoob Credimepi reúne 46 mil cooperados e atende a prefeituras de 15 dos 22 municípios das regiões Médio Piracicaba e Circuito do Ouro. A instituição mira no que as cooperativas podem fazer “a mais” do que os bancos, aliando

retorno aos cooperados e participação ativa, próxima e rápida nas ações promovidas em comunidades abrigadas nas áreas em que atua, observa Jacson Guerra Araújo, presidente do Conselho Administrativo do Sicoob Credimepi. “As cooperativas patrocinam muito mais em favor das comunidades e devolvem sobras. A percepção desse retorno é cada vez maior”.

REFORÇO DE INFORMAÇÕES

Acompanhando as possibilidades de relacionamento entre os seus parceiros mais estratégicos, o Sebrae Minas lançou o programa Retenção de Riqueza no município – Relação entre Prefeitura e Cooperativa de Crédito. A iniciativa integra o programa Cidade Empreendedora e parte do pressuposto de que prefeituras e cooperativas de crédito têm objetivos capazes de criar condições de crescimento para empresas e comunidade. Ou seja, o relacionamento entre esses atores contribui para o desenvolvimento econômico local.

A primeira ação do programa priorizou o esclarecimento sobre a nova perspectiva que se abriu em favor das economias locais. Foi iniciada, então, uma estratégia de disseminação de informações sobre o tema, principalmente diante da percepção de que o longo período de proibição de operações entre prefeituras e cooperativas resultara em muitas dúvidas e ressalvas de parte a parte.

Analista do Sebrae Minas, Vera Helena Lopes ressalta que, com a permissão para que passassem a receber recursos das prefeituras, as cooperativas puderam oferecer taxas mais atrativas que as de seus concorrentes, uma vez que não visam ao lucro perseguido pelos bancos. “O interesse delas é

oferecer benefícios para seus associados e as comunidades em que estão presentes com impactos positivos na geração de novos negócios, empregos, renda e qualidade de vida”.



Jacson Araújo, do Sicoob Credimepi: cooperativa atende a 15 dos 22 municípios das regiões Médio Piracicaba e Circuito do Ouro

Vera Helena acrescenta que a legislação permite que o relacionamento entre as administrações municipais e as cooperativas abarque uma série de transações, como arrecadação de tributos, pagamento de folha de pessoal, crédito consignado para servidores e depósito de disponibilidades do município. Ela ressalta, ainda, que os recursos municipais aplicados nas cooperativas de crédito não escapam para outros centros financeiros, diferentemente do que costuma ocorrer nos bancos tradicionais e até nas fintechs, que alocam dinheiro em fundos de investimento que sustentam empréstimos em outras praças, fazendo com que a riqueza gerada não fique no município de origem.

Fato é que, nos últimos três anos, o Sebrae Minas esteve presente em diversos eventos para promover o encontro entre os parceiros, facilitando a negociação entre prefeitura e cooperativas de crédito e levando exemplos práticos de oportunidades desse relacionamento. Em outra iniciativa para ajudar na disseminação do tema, a instituição lançou uma cartilha com informações pertinentes sobre as possibilidades de movimentação de recursos entre prefeitura e cooperativa de crédito, em conjunto com o Sistema Ocemg e a Associação Mineira de Municípios (AMM). Essa cartilha foi nacionalizada em 2023, contando com parceiros importantes que validam esse relacionamento, como Sistema OCB, FGCO-OP, Banco Central do Brasil, Sebrae Nacional e Editora Confabras.

ACESSE

A CARTILHA ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA INVEST MINAS. USE O QR CODE PARA ACESSAR

Como esperado, a demanda dos municípios deslanchou, e há espaço para prefeituras e cooperativas negociarem. O Sebrae Minas já atendeu a mais de 80 municípios e 50 cooperativas de crédito. Isso significa que o trabalho apenas começou, dadas as possibilidades reais, em um estado que tem 853 municípios.

VANTAGENS DO COOPERATIVISMO

Com as parcerias entre prefeituras e cooperativas, o acesso do cidadão à inclusão financeira pode ser ampliado, inclusive nas menores cidades. De acordo com o BC, 337 municípios no Brasil e 131 em Minas têm nas cooperativas a única instituição financeira em seu território. Relatório de 2022 do banco ressalta que, embora a inadimplência junto às cooperativas de crédito tenha aumentado, da mesma forma que no restante do Sistema Financeiro Nacional, os seus ativos – R\$ 590 bilhões no país – e as captações nacionais – R\$ 466 bilhões – cresceram o suficiente para suportar perdas esperadas. Ou seja, houve formação de reservas importantes para dar sustentabilidade às cooperativas.

O relacionamento próximo entre a prefeitura de João Monlevade e a Credimepi revela ainda que a cooperativa atuou com celeridade durante um momento crítico vivido recentemente pelo município, por ocasião das tempestades que desabaram sobre Minas Gerais no começo do ano passado. Jacson Araújo lembra que, em cerca de uma semana, a instituição aprovou a liberação R\$ 100 mil e permitiu a distribuição de kits de primeiros socorros, colchões e roupas íntimas por uma entidade de assistência local aos desabrigados de Monlevade, Barão de Cocais, Nova Era e Piracicaba. “A cada R\$ 1 milhão que a

prefeitura aplica conosco, a cooperativa tem R\$ 1 mil para aplicar em projetos de interesse das comunidades ligados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas”, diz Araújo.

Para o prefeito Laércio Ribeiro, o retorno em programas sociais e ambientais é uma das vantagens decorrentes da movimentação de recursos municipais em uma cooperativa. “A cooperação deve se basear em uma compreensão mútua dos desafios locais, permitindo a criação de soluções eficazes. Além disso, é importante explorar parcerias no âmbito das Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a realização conjunta de ações que visem ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar da população”, diz.

Analista do Sebrae Minas em João Monlevade, Fernanda Souza Silva enfatiza que as prefeituras têm se valido das parcerias para aprender com as cooperativas. “Aprende-se, por exemplo, que cooperar é a melhor forma de desenvolver um território, pois ninguém faz nada ou vai longe sozinho”.



CÍRCULO VIRTUOSO DO COOPERATIVISMO



CRESCIMENTO EXPONENCIAL

O cooperativismo de crédito se aproveita, no Brasil, do espaço aberto pela política de redução de custos dos bancos comerciais e múltiplos, que fecharam agências e postos de atendimento em várias cidades do país nos últimos anos. As altas taxas de juros cobradas pelas instituições de maior porte, por sua vez, têm contribuído para a disseminação de um dos principais atrativos das cooperativas – os encargos bem mais baixos, muitas vezes equivalentes à metade do que cobram seus concorrentes no sistema financeiro.

No ano passado, o Banco Central (BC) constatou que 174 municípios passaram a ser atendidos por essas instituições, enquanto os bancos comerciais e múltiplos fecharam agências e postos em 85 cidades. Na comparação com

dezembro de 2021, houve aumento de 152% na presença do sistema cooperativo de crédito. Retrato da ampliação do setor, em 2022, a carteira de crédito ativa do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) alcançou R\$ 383 bilhões.

Outro indicador que comprova a expressividade conquistada pelas cooperativas é o percentual da população associada ao setor. De acordo com o BC, o número subiu em todas as regiões do país: em dezembro do ano passado, 6,2% dos brasileiros estavam associados a pelo menos uma cooperativa de crédito, percentual que era de 4,2% no fim de 2018. Ao todo, o número de cooperados, incluindo donos e clientes das cooperativas de crédito, é de 15,6 milhões de pessoas físicas e jurídicas.



AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO

Conheça o trabalho dos profissionais que estão ajudando a levar as soluções do Sebrae para milhares de empreendedores e gestores públicos do estado

LAURA BARALDI

Para contribuir para o desenvolvimento dos municípios mineiros, o Sebrae Minas disponibiliza soluções diversas e conta com profissionais bem preparados. Tudo para oferecer suporte a empreendedores, gestores públicos, agentes de desenvolvimento e outros atores envolvidos na dinâmica econômica dos diferentes territórios do estado, por meio de atendimentos personalizados. Os Agentes de Crédito e Finanças e os Agentes Territoriais fazem parte desse time.

Os Agentes de Crédito e Finanças são prestadores de serviço contratados e capacitados pelo Sebrae para prestar consultorias gratuitas para empreendedores que buscam soluções de crédito ideais, já pegaram algum tipo de empréstimo, estão em situação de inadimplência ou precisam melhorar a gestão financeira dos seus negócios. Esses profissionais também orientam quem já contratou empréstimo bancário ou está com dificuldade para pagar as parcelas. Em quase

dois anos, os agentes prestaram cerca de 7 mil consultorias em Minas Gerais.

Atualmente, 92 profissionais atuam nessa área, presencialmente ou on-line. O serviço é aprovado pela maioria dos empreendedores atendidos: 90% deles afirmaram ter tido seus problemas de gestão solucionados; 67% conseguiram reduzir os custos das operações; e 62% registraram aumento no faturamento.

Com base nesses resultados, há a expectativa de ampliar os trabalhos em 2024. "A ideia é elaborar consultorias específicas para empreendedores que precisam renegociar dívidas, para produtores rurais e também para aqueles que desejam implementar um sistema de controle financeiro", explica Igor Martins, analista do Sebrae Minas.

BUSQUE APOIO

PARA SER ATENDIDO POR UM AGENTE DE CRÉDITO E FINANÇAS, É PRECISO PREENCHER UM FORMULÁRIO, ACESSÍVEL POR MEIO DO QR CODE AO LADO:



AGENTE TERRITORIAL SEBRAE

Outro grupo preparado pelo Sebrae Minas para apoiar a instituição nos trabalhos de desenvolvimento econômico local e regional é o dos Agentes Territoriais Sebrae (ATS). O trabalho dos profissionais começou em 2022, com o objetivo de reforçar o suporte oferecido aos municípios na implementação de estratégias de desenvolvimento econômico, políticas públicas e articulação para incentivar o empreendedorismo nos diferentes territórios do estado. "Um dos resultados mais significativos dessa abordagem é o estímulo à cooperação e o fortalecimento de redes de lideranças locais, visando à construção de agendas comuns de desenvolvimento", explica Leonardo Medina, analista do Sebrae Minas.

O programa ATS foi dividido em dois ciclos. O primeiro deles ocorreu entre novembro de 2022 e julho deste ano, com esforços direcionados para a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Econômico (PMDE). "O segundo ciclo começou no último mês de agosto e vai trabalhar a implementação das ações elencadas na primeira etapa", explica Leonardo.

Os próximos passos incluem a atuação direta dos ATS no estímulo à implementação da Lei da Liberdade Econômica e dos PMDE, além da promoção de processos de regularização fundiária nos municípios.

Atualmente, 272 municípios mineiros são atendidos por 52 agentes. Para saber mais sobre o programa Agente Territorial Sebrae e solicitar atendimento para o seu município, procure a Agência de Atendimento do Sebrae Minas mais próxima ou entre em contato pelo WhatsApp 0800 570 0800.

PARCEIRO DO DESENVOLVIMENTO

Municípios interessados em receber novos investimentos têm no Sebrae Minas um aliado para se qualificarem de forma adequada

ALEXANDRE MAGALHÃES

Em quase cinco anos, Minas Gerais atraiu um montante superior a R\$ 350 bilhões em novos investimentos, que beneficiaram mais de 150 municípios. Parte desse recurso levou a região Norte a se tornar a maior produtora de energia limpa do país. O Vale do Jequitinhonha, por sua vez, tem se destacado, sobretudo, pela produção em larga escala de lítio. Estes, no entanto, são apenas dois exemplos. “Uma seara de novas oportunidades tem se aberto em Minas. Resta aos municípios preparar-se para aproveitá-las”, afirma Douglas Cabido, diretor-técnico do Sebrae Minas.

Para atrair novos investimentos, os municípios precisam cumprir uma série de pré-requisitos que são decisivos no momento em que determinada empresa manifesta a intenção de instalar-se no Estado. “Estão enganadas as pessoas que pensam que as empresas analisam primeiro os benefícios fiscais para fazer um investimento. Os investidores querem segurança jurídica, regras claras e boa infraestrutura para os negócios e seus colaboradores”, ilustra João Paulo Braga, diretor-presidente da Invest Minas, agência de promoção de investimento e comércio exterior de Minas Gerais, que tem como missão desenvolver o estado por meio da atração de novos players, apoio às empresas instaladas e promoção de exportações.

Para levar adiante tal propósito, além de disponibilizar aos agentes públicos um **Guia Rápido de Atração de Investimentos para Municípios**, a Invest Minas identificou no Sebrae Minas o parceiro ideal para auxiliar as prefeituras a preencher possíveis lacunas que possam comprometer sua capacidade de se habilitar a receber futuros investimentos.

ACESSE

O GUIA RÁPIDO DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA MUNICÍPIOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DO INVEST MINAS. USE O QR CODE PARA FAZER O DOWNLOAD.



Douglas Cabido ressalta que “o Sebrae está aberto a auxiliar os agentes públicos a se prepararem adequadamente, o que implica estruturar um plano de atração de investimentos, qualificar o corpo técnico das prefeituras, analisar a regulação municipal, ajudar a mapear terrenos públicos e privados que possam ser ocupados por novos empreendimentos e conectar as grandes empresas aos pequenos negócios, para fomentar o desenvolvimento regional e do Estado de um modo geral”. Segundo ele, o Sebrae tem, atualmente, 58 escritórios físicos que abrigam corpo técnico qualificado a prestar tais

serviços. Basta aos prefeitos ou secretários entrar em contato com os gerentes regionais e manifestar o interesse em obter apoio. “A partir daí, nossa equipe passará a trabalhar na melhor agenda possível, para que o município consiga se qualificar para a agenda de atração de investimentos”, informa.

Já do ponto de vista dos interessados em investir, o diretor-presidente da Invest Minas

observa que “ter o Sebrae Minas ao lado é essencial, pois a instituição pode oferecer aos potenciais investidores informações relevantes sobre as cadeias produtivas em cada região, construindo pontes com fornecedores e apresentando dados que podem fazer a diferença para a viabilização de um grande projeto que vai resultar na geração de centenas ou até milhares de empregos”.

DICAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

O diretor-técnico do Sebrae Minas, Douglas Cabido, elenca alguns pré-requisitos que, combinados, podem ampliar o potencial de atração de investimentos dos municípios.

Quais são as potencialidades e diferenciais locais?

O município se situa em uma região agrária ou mineradora, por exemplo? Está próximo de um corredor logístico ou de um grande centro de distribuição?

Há uma área responsável na prefeitura pelo contato com potenciais investidores?

O responsável pelo contato está ciente das condições que o município tem a oferecer e capacitado a apresentá-las? Sabe se portar diante de grandes executivos e consegue se comunicar minimamente em outro idioma?

O município tem mapeadas áreas disponíveis para receber investimentos?

São áreas públicas ou privadas? O terreno será doado, concedido ou adquirido pela prefeitura para repasse ao interessado em se instalar?

A mão de obra local está capacitada a atender ao futuro investidor?

É importante ter em vista que não basta ter pessoas desocupadas – é preciso ter mão de obra preparada a ocupar as vagas a serem criadas. Nesse sentido, o que o poder público tem feito para tornar sua mão de obra mais qualificada?

As regras a serem apresentadas aos investidores estão suficientemente claras?

O município tem implementada uma agenda efetiva de desburocratização e liberdade econômica?

AMBIENTE DE NEGÓCIOS FAVORÁVEL

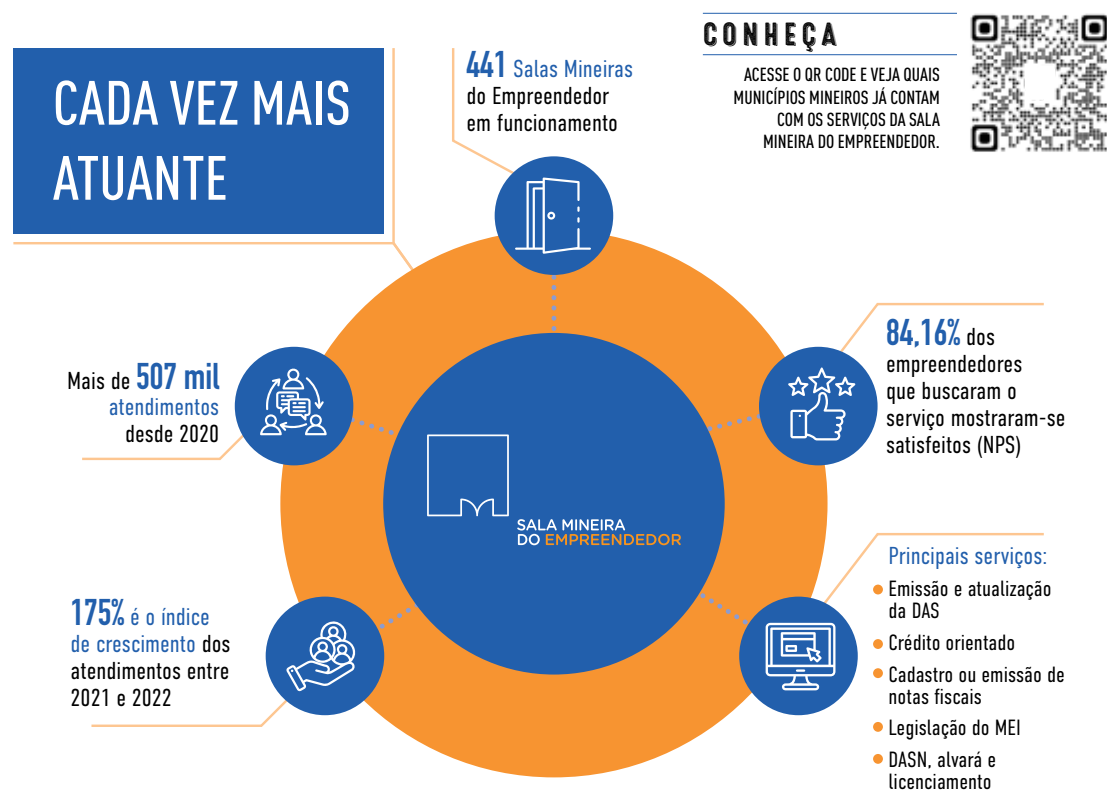
Sala Mineira do Empreendedor impulsiona o desenvolvimento em Minas Gerais

As Salas Mineiras do Empreendedor (SMEs) têm contribuído ativamente para a melhoria do ambiente de negócios e o desenvolvimento econômico em Minas Gerais. Criada em 2018, por meio da parceria entre o Sebrae Minas, a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) e prefeituras, a SME tem como principais objetivos melhorar e simplificar o processo de abertura e gestão de empresas.

Nesses espaços são oferecidos serviços para a formalização, regularização e gestão de negócios e também para o desenvolvimento profissional dos empreendedores. Atualmente,

o Sebrae Minas tem parceria com mais de 441 municípios no estado por meio das SMEs, para atendimento a potenciais empreendedores, microempreendedores individuais e empresários de micro e pequenas empresas.

As SMEs e entidades diversas (agências de desenvolvimento, associações comerciais, câmaras de dirigentes lojistas, cooperativas, entre outras) integram a Rede Aqui Tem Sebrae, formada por 538 pontos parceiros que contribuem para ampliar o atendimento da instituição aos empreendedores de Minas Gerais.



ISDEL

ÍNDICE SEBRAE
DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO LOCAL

Impulsione o desenvolvimento do seu município

O **Isdel** reúne as informações necessárias para a construção de políticas governamentais e empresariais.

Procure o Sebrae em seu município e saiba mais em:

inteligencia.sebraemg.com.br

**Inteligência
SEBRAE**





CIDADE EMPREENDEDORA

**O desenvolvimento
econômico do seu
município começa
por você**



SEBRAE